

ENTREVISTA

Deputado Cláudio Puty

O papel da CPI
do trabalho escravo

PÁGINA 11

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

“Por uma ANPT cada vez melhor”



Foto: Ascom/ANPT

Tomou posse no dia 16 de maio a nova diretoria da ANPT, para o biênio 2012/2014. Com o lema “Por uma ANPT cada vez melhor”, a chapa vencedora obteve 416 votos e pretende dar ênfase ao fortalecimento e à consolidação do trabalho associativo.

▶ PÁGINAS 7

PEC que combate o trabalho escravo é aprovada na Câmara

Foto: Ascom/ANPT



Após intensa mobilização ao longo do mês de maio, a Câmara dos Deputados aprovou, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001. A ANPT reafirmou o seu compromisso com a causa e participou ativamente das atividades.

▶ PÁGINA 5

SUBSÍDIOS

CTASP aprova projetos de Lei

Página 3

AMIANTO

Ayres Britto recebe ANPT e outras entidades

Página 3

Caro Associado,

Este último mês marcou o início de uma nova gestão da ANPT e, nesse sentido, gostaríamos de registrar nossos agradecimentos pela efetiva participação de todo o corpo associativo da entidade nas eleições realizadas na primeira quinzena de maio, o que confere inegáveis respaldos e legitimidade ao trabalho da diretoria da Associação.

Também no período pudemos colher alguns bons frutos. O primeiro deles consistiu na aprovação, na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, dos Projetos de Lei (PLs) que tratam da recomposição do valor dos subsídios do procurador-geral da República e dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Paralelamente a isso, os contatos no Congresso Nacional, no Poder Executivo, bem como junto às administrações do MPU e do STF, têm avançado, o que continuamos acompanhando ativa e articuladamente de forma diuturna.

Outra fato a ser amplamente comemorado diz respeito à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438, também conhecida como “PEC do Trabalho Escravo”, que tramitava na Câmara dos Deputados havia longos anos, esperando votação em segundo turno naquela Casa desde 2004 e, no dia 22 de maio deste ano, fora aprovada por votação expressiva, na qual a ANPT esteve presente em todos os seus momentos. Trata-se, sem dúvida, de uma vitória de toda a sociedade brasileira, que, em pleno século XXI, não pode tolerar tão graves violações à dignidade humana.

Merece registro, ainda, o fato de no mês de maio terem sido, finalmente, garantidos os recursos para pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), o que também fora objeto de trabalho de articulação da ANPT, juntamente com as demais entidades associativas, além de ter, a cada momento, municiado os associados de informações detalhadas e atualizadas acerca dessa questão.

Nesta edição do informativo, poderá ser observada, também, a cobertura atinente a uma série de outras atividades desempenhadas pela Associação ao longo do período, tais como reunião realizada com o presidente do STF, ministro Ayres Britto, para tratar da questão do amianto, a assinatura de um protocolo de cooperação técnica que tem por objetivo a implementação de programas e ações voltadas à prevenção de acidentes de trabalho, a participação da ANPT em audiências públicas e outros eventos no Congresso Nacional, em reuniões realizadas na Procuradoria-Geral do Trabalho, em seminários em diversos locais do país, dentre inúmeras outras atividades.

Boa leitura!

Diretoria da ANPT.

Personalidade Cidadania 2012



Foto:Ascom/MPJ-RJ

O procurador-geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo, recebeu no dia 3 de maio o título de Personalidade Cidadania 2012, iniciativa do Grupo Folha Dirigida, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Academia Brasileira de Filosofia (ABF). O então vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, prestigiou o evento, que teve como objetivo reconhecer o trabalho de pessoas e instituições que lutam para que a cidadania seja um direito de todos os brasileiros.

STF lança obras sobre ministros da Suprema Corte

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou no dia 31 de maio, no STF, do lançamento de dois novos volumes da Coleção “Memória Jurisprudencial” que trazem o perfil jurídico de ministros que marcaram a história institucional da Corte – Nelson Hungria e Ribeiro da Costa. Até o momento, a coleção já documentou o trabalho de outros nove magistrados.



Foto:Ascom/AMB

EXPEDIENTE Diretoria ANPT - Biênio 2012/2014

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
PRESIDÊNCIA

Daniela de Moraes do Monte Varandas
VICE-PRESIDÊNCIA

Fabiano Holz Beserra
SECRETARIA-GERAL

Ângelo Fabiano Farias da Costa
DIRETORIA FINANCEIRA

Fábio Goulart Villela
DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

José Cláudio Monteiro de Brito Filho
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Alberto Bastos Balazeiro
DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Alice Nair Feiber Sonogo Borner
DIRETORIA DE ASSUNTOS SOCIAIS E DE EVENTOS

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Marcelo Adriano da Silva
DIRETORIA

Renata Aparecida Crema Botasso
DIRETORIA

Cândice Gabriela Arósio
DIRETORIA

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.600 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, Site: www.anpt.org.br, Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. “5”, Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

ANPT discute direitos humanos e os princípios fundamentais da OIT

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) promoveu a 1ª Semana do Trabalho da Faculdade Nacional de Direito, com a realização de diversas palestras acerca do assunto. No dia 4 de maio, encerrando o evento, o então vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou de painel, ao lado do procurador-geral do Trabalho, Luís Antônio Camarago de Melo, sobre “Direitos Humanos e os Princípios Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho”.

Os painelistas abordaram, em suas falas, as questões tratadas na Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, aprovada durante a 86ª Conferência Internacional do Trabalho, em 1998. Em sua manifestação, Azevedo Lima deu ênfase a dois desses temas, que guardam estreita ligação com a atuação dos procuradores

Foto: Ascom/MPT-RJ



Azevedo Lima lembrou que o MPT exerce papel importante no combate à discriminação

do Trabalho: a discriminação nas relações de trabalho e o trabalho infantil. Segundo ele, a discriminação no mercado de trabalho apresenta-se em diversas dimensões, tais como raça, gênero, idade, etnia, deficiência e orientação sexual.

O procurador observou, entretanto, que o Ministério Público tem exercido papel importante, muitas vezes em parceria com o Poder Judiciário, para reduzir as desigualdades sociais. No que diz respeito

to ao trabalho infantil, Azevedo Lima ressaltou que o tema é, em grande parte, reflexo do binômio baixa renda / questão cultural.

Nesse sentido, o procurador ressaltou que dados do PNAD de 2009 apontam que cerca de 1,4 milhão de crianças entre 5 a 14 anos trabalham no Brasil. “Constatamos uma resistência muito grande, até mesmo por parte de entidades parceiras, em relação ao reconhecimento de que a exploração sexual infantil constitui uma forma de trabalho, como se estivéssemos a legitimar essa nefasta prática por assim caracterizá-la. Na verdade, o objetivo consiste, isto sim, em reconhecer uma realidade fática e, com isso, buscar mais elementos para uma atuação ainda mais eficaz no combate a tão absurda e deplorável prática”, disse.

*Confira a íntegra da participação da ANPT no site www.anpt.org.br

CTASP aprova subsídios do MP e da magistratura

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados aprovou no dia 9 de maio, por unanimidade, os pareceres apresentados pelo relator dos Projetos de Lei (PLs) n. 7753/2010 e 2198/2011, deputado Luciano Castro (PR-RR), que tratam da recomposição do valor dos subsídios do procurador-geral da República e,

por conseguinte, dos membros do Ministério Público da União, assim como os PLs 7749/2010, e 2197/2011, que reajustam os vencimentos dos magistrados, e que têm como relator o deputado Roberto Santiago (PV-SP). As propostas seguem agora para apreciação da Comissão de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de ir para o Plenário.

O primeiro projeto mencionado trata da incidência de 14,79% de reajuste, sendo que o segundo PL referido trata da incidência de 4,8%, os quais, por sua vez, incidem sobre o valor dos subsídios já reajustados pelo percentual de 14,79%, de modo que a recomposição, considerados os dois PLs, é superior à mera soma dos índices, correspondendo o percentual, ao final, em cerca de 20,3%.

Banimento do amianto no Brasil é tema de reunião com Ayres Britto

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou de reunião, no dia 18 de maio, com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Ayres Britto. Juntamente com representantes da Anamatra, da Abrea e da CUT, além dos advogados das entidades, o grupo discutiu as ações ajuizadas na Suprema Corte que pedem o total banimento do amianto no Brasil e entregou ao ministro documento assinado por centrais sindicais sobre o assunto.

Existem três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) sobre a questão tramitando no Supremo. Duas delas (ADI 4066 e ADI 3357) são de relatoria do ministro-presidente. A ADI



Durante a reunião, o grupo insistiu que não há nível seguro de exposição ao amianto

4066, ajuizada pela ANPT em parceria com a Anamatra, questiona dispositivo da Lei Federal 9.055/95, que permite a exploração e a comercialização do amianto crisotila no país, também

conhecido como amianto branco. As associações insistem que não há nível seguro de exposição ao amianto, como definiu, em 1977, a Organização Mundial de Saúde (OMS).

“O trabalho escravo decorre de um conjunto de violações aos direitos fundamentais do trabalhador”

O esclarecimento acima foi feito no dia 16 de maio pelo então presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, em audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Trabalho Escravo da Câmara dos Deputados. Na oportunidade, o procurador defendeu, ainda, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001 e esclareceu que o conceito de trabalho escravo não pode estar restrito ao cerceio de liberdade individual.

Para o representante da ANPT, a dignidade da pessoa humana e a valorização social do trabalho são fontes maiores de toda a ordem jurídica brasileira. Segundo ele, o bem tutelado não é mais só a liberdade individual, mas também a dignidade intrínseca a todo ser humano. “A configuração do trabalho escravo contemporâneo decorre de um conjunto de violações aos direitos fundamentais do trabalhador, que aniquila, nega, retira a dignidade da pessoa humana”, disse.

Caixeta afirmou que a legislação nacional tem parâmetros seguros e consistentes da conceituação dessa chaga. Além disso, segundo ele, os julgamentos realizados pelos Tribunais Superiores, incluindo o Supremo Tribunal Federal, caminham na mesma posição, no sentido de não se compreender, somente, pela restrição ao cerceio de liberdade individual. “O bem tutelado não é mais somente a liberdade individual, mas também a necessidade de ter a dignidade intrínseca do ser humano respeitada”, disse.

O procurador defendeu a expropriação de terras onde for encontrado trabalhador em situação análoga à de escravidão, prevista na PEC 438/2001, visto que submeter uma pessoa a esse tipo circunstância “é uma grave violação de direitos humanos”.



Foto: Ascom/ANPT

Outra questão apontada pelo então presidente da ANPT foi relativa à punição do trabalho escravo na esfera penal, problema que, segundo ele, poderia ser diminuído com a aprovação da PEC 327/2009. A proposta confere à Justiça do Trabalho a competência penal, especialmente em relação aos Crimes Contra a Organização do Trabalho, aos decorrentes das relações de trabalho, sindicais ou do exercício do direito de greve, à redução do trabalhador à condição análoga a de escravo, aos crimes praticados contra a administração da Justiça do Trabalho e a outros delitos que envolvam o trabalho humano.

No dia anterior, 15 de maio, o presidente da ANPT participou, também, de audiência pública da Câmara dos Deputados que teve como tema “Trabalho escravo: vergonha nacional”. O debate foi promovido pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e faz parte do ciclo de discussões sobre “trabalho decente”. **N**

Ato público na Câmara defende PEC do trabalho escravo

O presidente e a vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima e Daniela Varandas, respectivamente, participaram no dia 22 de maio, na Câmara dos Deputados, de ato público em favor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001, que prevê a expropriação, sem direito a indenização, da propriedade em que for constatada a exploração de trabalho em condições análogas às de escravo.

A proposta estava na pauta de votação do dia e, segundo o presidente da Câmara, deputado Marco Maia, deveria ser votada ainda naquela data, com ou sem acordo. Em seu pronunciamento, Azevedo Lima reiterou que PEC 438/2001 consiste em uma importantíssima ferramenta para o combate

ao trabalho escravo no Brasil. Disse, ainda, lamentar que, até então, o Congresso Nacional ainda não tivesse dado essa resposta à sociedade, contribuindo para uma maior efetividade no comba-

te a tão absurda forma de exploração do labor humano. “A dignidade da pessoa humana não pode ser relativizada. Ela constitui um valor absoluto e precisa ser respeitada”, disse. **N**



Foto: Ascom/ANPT

Aprovada na Câmara dos Deputados a “PEC do Trabalho Escravo”



Foto: Ascom/ANPT

Ato na Câmara reuniu centenas de participantes

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em sessão extraordinária, no dia 22 de maio, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001, que trata da expropriação, sem direito a indenização, da propriedade em que for constatada a exploração de trabalho em condições análogas às de escravo. A PEC estava parada na Casa desde 2004, quando havia sido aprovada em primeiro turno. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhou, no plenário da Câmara, a votação que terminou com 360 votos favoráveis à PEC, 29 contra e 25 abstenções.

Durante o mês de maio, diversas atividades reiteraram a necessidade de aprovação da proposta. O dia 8, por exemplo, foi marcado por intensa articulação ao longo do dia na Câmara dos Deputados, por parte da Conatrae, a exemplo dos então integrantes da diretoria da ANPT, como o presidente Sebastião Vieira Caixeta, o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o diretor financeiro, Maurício Correia de Mello, além de representantes de diversas outras instituições e entidades, artistas e trabalhadores em geral, para pedir a votação e a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001. Mesmo com o intenso apelo em prol dessa causa, o colégio de líderes da Casa decidiu deixar a votação para o dia seguinte, sob a argumentação de falta de acordo em relação ao tema.

Diversas atividades foram realizadas durante o dia para chamar a atenção dos parlamentares quanto à necessidade de se aprovar a PEC. Logo no início da manhã, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a presidente da Conatrae, ministra Maria do Rosário Nunes, abriu os trabalhos ressaltando a necessidade de união de esforços para que a Proposta fosse votada naquela data.

Já Sebastião Caixeta lembrou que a aprovação da proposta representava um forte aliado no combate ao trabalho escravo. Disse, ainda, que essa questão precisa de muita atenção e, nesse sentido, chamou a atenção para dados reais sobre a quantidade de trabalhadores encontrados em situações como essa ao longo dos anos. “O Ministério Público do Trabalho já participou ativamente do resgate, desde 1995, de quase 40 mil trabalhadores em situação análoga à de escravidão. Temos que mudar essa re-

alidade o quanto antes. Não podemos mais admitir essa afronta aos Direitos Humanos”, enfatizou.

Após a reunião na SDH, os participantes seguiram direto para o ato público de entrega de abaixo-assinado, com cerca de 60 mil assinaturas, em favor da PEC 438, promovido no auditório da Câmara, com a participação de trabalhadores rurais, artistas, intelectuais, organizações sociais e representantes do poder público. O presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), reiterou que a proposta seria colocada em votação na sessão do dia, mas lembrou que a aprovação de uma PEC exige quórum qualificado, que, no caso, são pelo menos 308 votos favoráveis. No final do dia, após a reunião do colégio de líderes, ficou decidido que a PEC seria votada, somente, no dia seguinte, o que, por sua vez, ocasionou novo adiamento dessa data, para o dia 22 de maio, quando a matéria veio finalmente a ser aprovada. **N**



Foto: Ascom/ANPT

Trabalhadores, artistas, membros do MP e da diretoria da ANPT reunidos no gabinete do presidente da Câmara

Nova diretoria da ANPT realiza sua primeira reunião

Integrantes da nova diretoria da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), biênio 2012/2014, estiveram reunidos no dia 17 de maio, em Brasília, sob a coordenação do presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima. Na pauta de assuntos tratados, estavam, dentre diversos outros temas, a atuação legislativa da ANPT, aí incluídas estratégias para a otimização do trabalho político-legislativo da entidade, no âmbito do Congresso Nacional, providências a serem executadas pela diretoria para a realização do 24º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), medidas a serem adotadas pela Associação perante o Poder Judiciário e os Conselhos Nacionais de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (CNMP), dentre outras questões de interesse para a entidade e para os seus associados. **N**



Foto: Acom/ANPT

Garantido pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência

Foram liberados no dia 24 de maio os recursos financeiros para o pagamento de mais uma parcela da PAE aos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) que fazem jus à sua percepção. O pagamento previsto para o dia 4 de junho é referente aos meses de abril e maio de 1996 (resíduo da chamada “PAE

original”, antes do recálculo) e aos meses de janeiro a junho de 1997 (já concernentes ao recálculo).

No que diz respeito ao período cujo pagamento ainda ficará pendente, em relação ao qual se estão envidando esforços para viabilizar a sua quitação até o próximo exercício financeiro, resta, ainda, no que tange à aludida “PAE original”, o pe-

ríodo que vai de outubro de 1995 a março de 1996 e, no que concerne ao recálculo, o período de janeiro de 1995 a junho de 1996. A ANPT tem acompanhado o processo referente aos pagamentos e continuará a articular junto aos órgãos competentes a liberação do valor restante da PAE.

ANPT repudia ameaças a membros do MPT

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) divulgou nota pública no dia 31 de maio onde manifestou o seu repúdio e a sua indignação em relação a ameaças à vida e à integridade física de dois associados da entidade. A nota ressaltou que tais ameaças aos membros do MPT se deveram ao inconformismo com a exigência da implantação da Lei de Modernização dos Portos no porto de Santos, em especial no que diz respeito ao intervalo interjornada de trabalho e a uma mais justa e igualitária distribuição dos trabalhos ofertados.

Diante dos fatos ocorridos, além da nota pública, a ANPT encaminhou, também,

ofícios ao ministro de Estado da Justiça, ao diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, ao superintendente da Polícia Federal no Estado de São Paulo, ao Secretário de Segurança Pública e ao Governador do Estado de São Paulo, no sentido de garantir a incolumidade física dos membros do MPT que oficiam no Município de Santos-SP, além da adoção de todas as medidas necessárias à efetiva garantia da eficácia das providências imprescindíveis à manutenção da ordem no Porto de Santos e região, com o fim de se viabilizar o cumprimento das determinações judiciais decorrentes da atuação do MPT.

No dia 5 de junho, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, deslocou-se até São Paulo, ocasião em que acompanhou audiência realizada no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) alusiva a dissídio coletivo de greve suscitada pelo MPT. Na ocasião, fora determinado, pelo Poder Judiciário, que o Comando da Polícia Militar do Estado de São Paulo destacasse grupamento específico da Capital para atuar no local porto de Santos interna e externamente, inclusive nos pontos de escalção, até ulterior determinação judicial em contrário. **N**

Empossada nova diretoria da ANPT para o biênio 2012/2014



Novo presidente da ANPT em seu discurso de posse

Fotos: Ascom/ANPT

As relações de trabalho e as graves irregularidades nelas constatadas, assim como a maneira por meio das quais elas influenciam a vida de todos, seguindo essa linha de pensamento teve início o discurso do novo presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, durante a solenidade de posse realizada no dia 16 de maio na Procuradoria-Geral da República (PGR). O evento reuniu procuradores do Trabalho de todo o país, representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além de outros ramos do MP, conselheiros do CNMP e CNJ, na cerimônia que empossou o corpo diretivo da entidade, que ficará à frente da Associação durante o biênio 2012/2014.

O procurador reforçou a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) no combate ao que ele chamou de “as verdadeiras chagas que ainda hoje, em pleno século XXI, envergonham-nos perante o mundo pretensamente civilizado”, como o trabalho infantil e, dentre as piores formas de trabalho infantil, a exploração sexual de crianças e adolescentes e o trabalho escravo.

O presidente da ANPT falou sobre diversas irregularidades trabalhistas constatadas por membros do MPT nas mais variadas searas e lembrou que os “avanços e as melhorias alcançadas e asseguradas pela atuação dos valorosos procuradores e procuradoras do Trabalho em todo o território nacional são inquestionáveis e, em muitos casos, também emocionantes”. Azevedo Lima abordou, também, a necessidade de valorização da carreira dos membros do Ministério Público e abordou, ainda, a deficiência no quadro de pessoal do MPT, deixando os procuradores, em muitas unidades espalhadas

pelo interior do país, mas não apenas nelas, sem qualquer assessoria ou carreira de apoio. “Isso, sabemos, ocorre em todo o Ministério Público brasileiro. Não temos dúvidas disso. Mas no MPT a situação é ainda pior.

Carlos Eduardo de Azevedo Lima informou, ainda, que entre os principais objetivos dessa nova diretoria está o de dar continuidade a um trabalho “sério e dedicado que vem sendo desempenhado na representação da categoria, sem olvidar, contudo, a imprescindibilidade de se buscar, sempre, avançar, consolidando o trabalho de fortalecimento da ANPT e de intensificação das conquistas para os Associados”. Garantiu, firmemente, defender as prerrogativas funcionais e as atribuições institucionais dos associados da ANPT, adotando postura proativa, não aceitando que a escorregadia atuação dos membros do MPT seja atacada por meio de medidas dotadas de caráter intimidatório e/ou retaliativo. “Muitos, pois, são os desafios que a nós se apresentam. Temos consciência disso.

Mas almejam vencê-los com muito trabalho, garra e determinação, buscando, dia após dia, fazer jus à confiança em nós depositada pelos associados, ainda que correndo o risco de virmos a ser tachados de ousados”, afirmou.

Em seu discurso de despedida da ANPT, o agora ex-presidente da entidade, Sebastião Vieira Caixeta, fez uma avaliação dos dois anos em que esteve à frente da Associação e disse que nesse período foi priorizada a defesa intransigente das prerrogativas e dos direitos da categoria, bem como dos direitos sociais. Falou da luta pela recomposição dos subsídios e pela restauração do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) como meio de valorização da carreira. “Atuamos em prol do desenvolvimento da Justiça, na defesa dos interesses sociais, na promoção da cidadania, no estudo e solução de problemas que se relacionem com o MP e seus membros”, disse.

* Confira a cobertura completa da solenidade de posse no site www.anpt.org.br



Diversas autoridades compareceram à posse da ANPT

Audiência pública na Câmara discute trabalho infantil

O então diretor financeiro da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Maurício Correia de Mello, participou no dia 8 de maio, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados de audiência pública para discutir o tema “Erradicação do trabalho infantil: questão de honra para o trabalho decente”. Essa foi a quinta reunião promovida pela Comissão para debater questões relacionadas ao trabalho digno.

Em seu pronunciamento, o procurador reconheceu o esforço do Congresso Nacional em aperfeiçoar a legislação para o combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo. Nesse sentido, mencionou a reforma promovida no Código Penal, em 2009, no capítulo referente a crimes sexuais, em que se buscou garantir a punição de criminosos que praticam a



Maurício Correia de Mello representou a entidade na audiência

Foto: Ascom/ANPT

exploração sexual de crianças e adolescentes. Também citou a reforma do artigo 149 do Código Penal, promovida em 2003, que passou a definir melhor o crime de exploração do trabalho escravo, inclusive aumentando a pena quando a vítima é criança ou adolescente.

Além do representante da ANPT, a procuradora do Trabalho Valesca de Moraes do Monte, que representou o procurador-geral do Trabalho, Luis Antonio Camargo de Melo, durante a audiência, sugeriu a adoção de medidas positivas, como a inclusão no

orçamento da União de medidas que combatem o trabalho infantil. Falou, ainda, na facilitação da entrada do jovem no mercado de trabalho, além de citar a expectativa de vida de pessoas que já trabalharam em canaviais, que gira em torno de 46 anos, enquanto a do resto da população é de 75 anos. **N**

Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

A vice-presidente da ANPT, Daniela Varandas, participou no dia 18 de maio de ato público, na Câmara dos Deputados, em prol do “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”. Na ocasião, um documento sobre os impactos das grandes obras na exploração sexual de menores foi entregue a representantes da Frente Parlamentar Mista da Criança e do Adolescente.

Além disso, foi divulgado o mapeamento de pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras, elaborado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). Ainda durante o evento, foi entregue o prêmio Neide Castanha, destinado a pessoas que tiveram destaque na promoção e defesa dos direitos infantojuvenis no enfrentamento da violência sexual.

Assinado protocolo de cooperação técnica que previne acidentes de trabalho

Representantes de diversas instituições e, também, entidades da sociedade civil reuniram-se no dia 18 de maio no auditório do Foro Trabalhista de Brasília para, juntos, assinarem um protocolo de cooperação técnica que visa a unir esforços com vistas à implementação de programas e ações voltadas à prevenção de acidentes de trabalho. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do evento e enfatizou o compromisso da Associação com a causa.

Em seu pronunciamento, o presidente da ANPT falou sobre a necessidade de um envolvimento maior da sociedade como um todo, na defesa de condições dignas de trabalho, mediante adoção de medidas que venham a assegurar um meio ambiente laboral adequado. Azevedo Lima comentou, também, sobre o longo processo que será necessário para



Acordo visa a prevenir acidentes de trabalho

Foto: Ascom/ANPT

uma mudança, até mesmo cultural, da sociedade e alertou que é chegada a hora de se unir esforços para que se dê efetividade às medidas que deverão ser adotadas. “Enquanto houver trabalhadores se acidentando e sendo vítimas de doenças relacionadas ao trabalho, significa que muito ainda temos por fazer e, ante a triste realidade aqui já demonstrada, é necessário que arregacemos as nossas mangas. Fazamos isso juntos”.

Ainda durante o evento, os participantes assistiram à conferência “Consequências humanas, sociais e econômicas dos ambientes de trabalho inseguros e dos acidentes decorrentes”, proferida pelo procurador Regional do Trabalho aposentado Raimundo Simão de Melo. Confira na página eletrônica da ANPT a matéria completa e a relação de instituições que, também, assinaram o acordo. **N**

ANPT participa de painel no Conamat sobre plano de saúde de autogestão

Foi realizado no dia 3 de maio, durante a programação do 16º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), o painel “Saúde dos magistrados e servidores da Justiça do Trabalho. Plano de autogestão: realidades e perspectivas”, com a participação do então presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta. Ao lado do o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Alberto Bresciani, e do servidor da mesma Corte Humberto Bosco Lustosa Barreira, Caixeta reforçou a necessidade de se dar uma atenção personalizada ao plano de saúde de autogestão.

Em sua manifestação, Sebastião Caixeta explicou como funciona o Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público da União (Planassiste). “O desafio é justamente buscar, dentro de um equilíbrio financeiro, o melhor atendimento com um menor custo de participação dos beneficiários”, ressaltou o procurador. “Não obstante as dificuldades de administração que envolvem um plano de autogestão, parece-me ser o melhor caminho a ser seguido porque temos o efetivo controle dele. A qualquer necessidade podemos falar com as instâncias deliberativas muito mais facilmente”, completou.



Foto: Ascom/Anamatra

Solenidade de abertura do Conamat contou com a presença da ANPT



Foto: Ascom/Anamatra

Caixeta defendeu a utilização de plano de autogestão

Na abertura do Conamat, realizada no dia 1º de maio, a ANPT também se fez presente por meio de seu então vice-presidente,

Carlos Eduardo de Azevedo Lima. O evento, promovido pela Anamatra, aconteceu em João Pessoa (PB). **N**

Frente Associativa da magistratura e do MPU discute política remuneratória

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou no dia 20 de maio da reunião da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (Frentas). Durante o encontro, foram discutidos diversos assuntos de interesse para ambas as carreiras, a exemplo da política remuneratória, propostas legislativas acompanhadas pelas Associações no Congresso Nacional, previdência pública, PAE, segurança, dentre vários outros temas.

Também participaram da reunião os presidentes da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis – DF), Gilmar Soriano, atual Coordenador da Frentas, da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Ailton da Silva, da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), Antônio Marcos Dezan, e o juiz Leonar-



Foto: Ascom/ANPT

Pauta de assuntos discutidos incluiu a aprovação dos PLs dos subsídios na CTASP

do Ely, do Conselho Fiscal da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). **N**

CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
LOCALIZA RENT A CAR Endereço: Avenida Bernardo Monteiro nº 1563, Funcionários – Belo Horizonte – MG Pessoa de contato: Carolina Lima E-mail: carolina.lima@localiza.com Telefones: 31 3247-7887	Desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) para aluguel de veículos.	O associado deverá informar o código do convênio no momento da reserva pela central 24h Localiza (0800 979 2000) e também no pagamento da locação, nas agências Localiza.
COMPRA CERTA Consul/Brastemp	Descontos exclusivos para associados da ANPT.	O associado deverá acessar o site : www.compracerta.com.br/corporativo Telefones: 4004-0019 ou 0800 722 0019 Tecler opção 3 e informe seu código: anpt7
LTR EDITORA Endereço: Rua Jaguaribe 571, Santa Cecília, São Paulo – SP CEP: 01201-904 Pessoa de contato: Nelson E-mail: redator@ltr.com.br Telefone: 11 2167-1121	Desconto de 30%	O associado deverá manter contato com a editora e comprovar que faz parte do quadro associativo.
CHURRASCARIA FOGO DE CHÃO Endereço: SHS Quadra 5 bloco E Brasília - DF - Telefone: 61 3322-4666	Desconto de 10% no almoço e 15% no jantar (apenas para filial Brasília)	O associado deverá fazer reserva pelo telefone 61 3322-4666.
Unibanco Telefone: (61) 3321-6661	Empréstimos pessoas com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá acessar a área restrita do site da ANPT e emitir carta de apresentação
POUPEX	Condições especiais de crédito imobiliário para compra de imóvel, novo ou usado, ou construção em lote próprio.	O associado deverá acessar www.pouplex.com.br/psp ou ligar 0800 61 3040 para conferir as vantagens.
Pedra da Laguna Lodge & SPA	Desconto de 20% de sobre o preço das diárias normais, entre outros benefícios.	Acesse a área restrita do site da ANPT
COOMPERJ Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 21 2506-2700
BANCO SANTANDER Telefone: 61 3321-6661	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3321-6661
DYNAMUS	Descontos em diversos eletrodomésticos de diferentes marcas	O associado deverá acessar o site www.lojamabecorp.com.br/dynamus
Importadora e distribuidora de vinhos Obra Prima	Preços diferenciados para associados da ANPT	Acesse a área restrita do site da ANPT para mais informações e para conferir a carta de vinhos
GRUPO CAO A (HYUNDAI, SUBARU) Endereço: Av. Ibirapuera, 2400 Moema. São Paulo - SP CEP: 04028-002	Veículos das marcas HYUNDAI e SUBARU com preços e condições especiais praticados para frotistas	O associado deverá procurar diretamente os consultores: Fernando Ekstein : 11 5643-3632 / 7831-3756; fernando.frostista@caoa.com.br Edilene Santos: 11 5643-3645 / 9166-4522 edilene.frotista@caoa.com.br
HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL	Veículos com preços e descontos praticados para frotistas (6,5%)	O associado deverá procurar uma concessionária HONDA e apresentar a carteira de afiliado da ANPT.
QUALICORP Endereço: Calçada dos Gerânios, nº 9, Barueri – SP CEP: 06453-14 Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino E-mail: nsilvino@qualicorp.com.br Telefones: 61 3701-2221/7811-0462	Plano de saúde coletivo por adesão com preço especial.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone 61 3701-2200
APMP - Turismo	Vantagens exclusivas em viagens a trabalho ou a lazer. Convênio válido para todo o território nacional.	Entre em contato com a APMP Turismo por meio do sistema interativo que funciona como um correio eletrônico. Acesse a área restrita do site da ANPT para mais detalhes.
WAL-MART	Desconto de 5% em mais de sessenta mil produtos do site , além de 10% em diversas categorias.	Acesse www.walmart.com.br/anpt ou compre pelo televentas 3003-6000

Para conferir mais detalhes e os outros convênios firmados pela ANPT acesse a área restrita do site. O endereço é www.anpt.org.br



ENTREVISTA

“É necessário apertar a fiscalização e combater a pobreza extrema”

Presidente da CPI do trabalho escravo na Câmara dos Deputados fala sobre a recém-aprovação da PEC 438/2001 e ressalta que o trabalho em conjunto é fundamental para a erradicação desse mal no Brasil. Confira.

Com a aprovação da PEC 438/2001, no dia 22 de maio, pela Câmara dos Deputados, quais os caminhos de agora em diante da CPI do Trabalho Escravo? Qual a sua verdadeira função?

A aprovação da PEC 438/2001 representa uma enorme vitória para todos aqueles que protegem os direitos humanos e que defenderam a instalação da CPI. Eu sempre argumentei que a CPI ajudaria a aprovação da PEC porque ela auxilia a pautar o debate público. Ela nos ajudaria a debater em público essa pauta. Tanto é que foi a questão social que permitiu que a PEC fosse aprovada, já que não tínhamos votos suficientes para aprová-la na mesma tarde em que foi pautada. Foi a pressão pública. A CPI cumpriu seu papel junto com a ANPT, o Sinait, a Conatrae, todos os órgãos associados ao tema.

O próximo passo é ir aos Estados, oitivas, nós vamos focar na lista suja, ouvir empresários que são réus e ouvir vítimas de trabalho escravo. A partir daí, a gente pretende propor medidas que erradiquem a raiz do problema, que é a pobreza extrema. Nós temos dificuldades nos processos, nos julgamentos que são muito lentos, a punição é muito leve, temos necessidade de reestruturação das equipes de fiscalização, mas isso diz respeito ao Legislativo e ao Judiciário. No que se refere ao Executivo, especificamente, nós precisamos pensar em unidades de planejamento com políticas públicas focadas, que permitam a erradicação da pobreza. Imagino que a CPI tem uma plataforma a partir da aprovação da PEC, onde há de se pensar na melhoria das condições das fiscalizações, no combate às raízes do trabalho escravo e na

possibilidade de termos uma modernização dos processos judiciais para que eles possam ser mais céleres.

No que vai resultar, concretamente, o trabalho da CPI?

O papel da CPI vai ser continuar a pautar o tema na sociedade e propor medidas efetivas no que se refere ao Legislativo, Executivo e ao Judiciário, no sentido de erradicar o princípio gerador do trabalho escravo, que é a pobreza extrema.

Como avalia o cenário legislativo em relação ao tema “trabalho escravo”? Quais os entraves para se eliminar esse problema social do Brasil?

Há uma mudança de ambientes após a aprovação da PEC do trabalho escravo. A sua aprovação foi um fato de enormes dimensões históricas, porque em um Congresso que vinha da aprovação de um código florestal com características muito danosas aos princípios da preservação, da produção com sustentabilidade, após a intensa pressão da bancada ruralista tentando desqualificar as equipes de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, a atuação daqueles que lutam no combate ao trabalho escravo, tentando ignorar os avanços legislativos que nós temos, no que se refere à caracterização do trabalho escravo, dizendo que não temos caracterização, o resultado da votação, onde inclusive com deputados que corroboravam a tese contrária à aprovação da PEC, demonstra que, em primeiro lugar, a pressão pública teve um papel muito relevante. Em segundo lugar, a agenda passa a não ser somente defensiva dos militantes dos direitos humanos, ela passa a ser mais propositiva.

Em relação às dificuldades que enfrentamos, de um lado está na ponta a necessidade de maior fiscalização e punição mais dura para aqueles que se valem do trabalho escravo. De outro lado, nós combatermos a pobreza extre-

ma, a miséria, e conseguirmos evitar que as pessoas se submetem a condições aviltantes, que levam alguém a considerar trabalhar, tanto no meio rural como no urbano, em condições tão degradantes como nós observamos nos casos de trabalho escravo. Então, acho que são dois casos, apertar a fiscalização e combater a pobreza extrema.

Em relação a parceria com entidades associativas como a ANPT, como funciona esse trabalho em conjunto e o que poderia ser feito para melhorar, ainda mais, essa atuação?

A ANPT tem papel fundamental no sentido de orientar o nosso trabalho legislativo. Muitas vezes nós, que lidamos com temas distintos aqui na Casa, precisamos da palavra tecnicamente orientada daqueles que atuam com o tema em seu dia a dia. Não somente no caso do trabalho escravo, a ANPT tem papel muito importante na nossa orientação, na elaboração de notas técnicas, tanto em conjunto com o próprio MPT quanto em relação a outros órgãos, como a Conatrae, nos municiando de informações para que nós possamos defender a causa de maneira mais qualificada, mas há uma pauta do trabalho, para além do trabalho escravo, que vai ser fundamental no Congresso nos próximos anos.

Relações de trabalho como um todo, flexibilização ou não, mudanças na CLT ou não, enfim, uma agenda extensa que diz respeito às condições de trabalho e ao mercado de trabalho, que vão exigir com que haja uma forte presença dos procuradores do Trabalho, por meio da sua Associação, para que possamos continuar a defender os interesses do trabalho, dos trabalhadores e trabalhadoras, aqui na Câmara dos Deputados. **▮**

ANPT aborda projetos de interesse da categoria em reuniões no MPT

Ao longo do mês de maio, procuradores do Trabalho de todo o país estiveram em Brasília para participar de reuniões e cursos de aperfeiçoamento promovidos pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em Brasília. Nos dias 14 e 18 de maio, cerca de 75 procuradores participaram do 1º curso de formação e capacitação de gestores. O então vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, prestigiou a abertura do evento e falou da importância de se realizar cursos que visam a aperfeiçoar a atuação dos membros da instituição.

No dia 22 de maio, já na condição de presidente da ANPT, Azevedo Lima prestigiou a abertura da reunião nacional da Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) do MPT. O evento teve a finalidade de discutir temas de grande relevância para a atuação cotidiana dos membros da instituição. Já no dia 30 de maio, foi a vez de a Associação se fazer presente na abertura da reunião semestral da Conafret. Na ocasião, o procurador ressaltou a relevância dos temas que seriam debatidos e das deliberações que deveriam ser tomadas ao longo da reunião.



Presidente da ANPT na abertura do curso de capacitação para gestores

Foto: Ascom/ANPT

Em todas as reuniões das quais a ANPT participou, Azevedo Lima prestou diversas informações acerca de temas de interesse de toda a categoria, dando destaque ao trabalho de articulação política da Associação e a questão da tramitação dos Projetos de Lei (PLs) que reajustam os subsídios, entre outros temas. **N**

Empossado novo PGJM e diretoria da Conamp

Foi empossado no dia 2 de maio o novo procurador-geral de Justiça Militar, Marcelo Weitzel, para o biênio 2012/2014. O então presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participaram da solenidade que empossou, também, o novo corpo diretivo da Procuradoria-geral de Justiça Militar.

Já no dia 15 de maio, a diretoria da ANPT prestigiou, também, a solenidade de posse da nova diretoria da Associação Nacio-

nal dos Membros do Ministério Público (Conamp), eleita para o biênio 2012/2014. O promotor César Mattar Jr, foi reconduzido ao cargo, que já ocupava nos últimos dois anos. Durante a solenidade de posse, foram agraciados com a Medalha da Ordem do Mérito da CONMAP ex-presidentes da entidade, José Carlos Cosenzo e Marfan Martins Vieira. A comenda é destinada a personalidades como reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Ministério Público brasileiro.

Associados da ANPT lançam livros ligados à atuação dos procuradores do Trabalho



O procurador do Trabalho Gustavo Filipe Barbosa Garcia lançou o livro “Curso de Direito Processual do Trabalho”, com o objetivo de apresentar um estudo diferenciado e completo da matéria pertinente ao Direito Processual do Trabalho. Segundo o autor, procurou-se atender às necessidades do estudante universitário, daqueles que se preparam para as carreiras jurídicas e aos concursos públicos, dos profissionais do Direito, dos alunos de pós-graduação e de todos os que se interessam pelo assunto.

A outra obra lançada pelo procurador chama-se “Competência da Justiça do Trabalho - da Relação de Emprego à Relação de Trabalho” e representa um estudo aprofundado sobre a competência da Justiça do Trabalho prevista no artigo 114 da Constituição, no que diz respeito à relação de trabalho. O livro se propõe a oferecer respostas seguras, partindo do pressuposto de que a relação de trabalho (e não apenas a relação de emprego) é (e deve ser) o núcleo da competência da Justiça do Trabalho.



Já os procuradores do Trabalho Afonso Rocha, Cesar Kluge, Tiago Cavalcanti e Jeibson Justiniano são os autores do livro “MPT: Preparando-se para o concurso de Procurador do Trabalho”. A obra tem por objetivo proporcionar uma abordagem específica sobre alguns pontos sensíveis de atuação do Ministério Público do Trabalho. Os temas são abordados com profundidade e foram criteriosamente escolhidos de acordo com o perfil da banca examinadora. **N**

